



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº 13

TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1990

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 14^a SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE MARÇO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER — Esvaziamento das sessões do Congresso Nacional

SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos ao Sr. Francisco Kuster.

DEPUTADO ARTUR LIMA CAVALCANTI — Interferência de força-tarefa norte-americana nas rotas marítimas de navios brasileiros.

DEPUTADO PRISCO VIANA — Em questão de ordem, respondida pela Presidência, solicita esclarecimentos sobre prazo para apresentação de parecer relativamente à Medida Provisória nº 157/90, que dispõe sobre criação de certificados de privatização e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 143, de 8 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1989 (nº 3.362/89,

na origem), que “concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento”, Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar. (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações”. Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências” Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28 735 088,00, para os fins que especifica.” Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89 na Câmara dos Deputados), que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios”. Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que “prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989”. Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na origem), que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências”. Apreciação adiada por falta de quorum.

1.3.1 → Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 27 às 18 horas e 30 minutos.

14 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
PASSOS PÓRTO Diretor-Geral do Senado Federal AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor Executivo CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA Diretor Administrativo LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA Diretor Adjunto	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL <i>Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</i>
ASSINATURAS	
Semestral NCz\$ 17,04 Exemplar Avulso NCz\$ 0,11 <small>Tiragem 2.200-exemplares.</small>	

Ata da 14^a Sessão Conjunta, em 26 de março de 1990

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

**ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES**

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Áureo Mello — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrício — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Mário Covas — Iran Saraiva — Irapuã Costa Junior — Gonzaga Jaime — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Jorge Bornhausen — José Paulo Bisol — José Fogaca

E OS SRS. DEPUTADOS:

Amazonas

José Fernandes — PST; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Francisco Sales — PRN.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Dionísio Hage — PRN; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Gabriel Guerreiro — PSDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Mário Martins — PMDB; Paulo Roberto — PL

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos — PDC; Leomar Quintanilha — PDC.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Edivaldo Holanda — PCN; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

José Luiz Maia — PDS; Paes Landim — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Expedito Machado — PMDB; Gidel Dantas — PDC; José Lins — PFL; Luiz Marques — PFL; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PDT; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Reboças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Marcos Formiga — PL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Francisco Rolim — PSC; João Agripino — PMDB

Pernambuco

Gilson Machado — PFL; Horácio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Ricardo Fiúza — PFL; Salatiel Carvalho — PFL.

Alagoas

Vinicio Cansanção — PFL.

Sergipe

Leopoldo Souza — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamin — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Jairo Azi — PDC; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PDT; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PFL; Prisco Viana — PMDB; Sérgio Brito — PDC.

Espírito Santo

Rita Camata — PMDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Artur da Távola — PSDB; Brandão Monteiro — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Sandra Cavalcanti — PFL.

Minas Gerais

Alysson Paulinelli — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Humberto Souto — PFL; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Mello Reis — PDS.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PRP; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB; Aristides Cunha — PSC; Del Bosco Amaral — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Gumerindo Milhomem — PT; João Rezek — PMDB.

Maluly Neto — PFL; Nelson Seixas — PDT;
Ulysses Guimarães — PMDB

Goiás

Délio Braz — PMDB; Fernando Cunha
— PMDB; José Freire — PMDB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB;
Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek —
PRN; Maria de Lourdes Abadia — PSDB;
Sigmarinha Seixas — PSDB; Valmir Cam-
pelo — PTB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PFL.

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo — PMDB; Plínio Martins
— PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB.

Paraná

Euclides Scalco — PSDB; Maurício Nasser
— PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyña — PMDB; Antônio
Carlos Konder Reis — PDS; Francisco Kuster —
PSDB; Ruberval Pilotto — PDS; Victor
Fontana — PFL; Walmor de Luca —
PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Amaury Muller
— PDT; Arnaldo Prieto — PFL; Erico Pego-
raro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen
Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues —
PMDB; Jorge Uequed — PSDB; Paulo Min-
carone — PTB; Ruy Nedel — PSDB; Vicente
Bogo — PSDB.

Amapá

Annibal Barcelos — PFL; Geovani Borges
— PRN.

Roraima

Chagas Duarte — PDT

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 122 Srs. Deputados

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações

O Sr. Francisco Kuster — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Kuster

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PSDB — SC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente minha presença na tribuna, esta noite, é para, de forma respeitosa, fazer uma reclamação.

As convocações de sessões do Congresso Nacional em dias sabidamente sem presença de Parlamentares, está-nos deixando numa situação muito constrangedora

Houve, há tempo um entendimento entre as Direções das duas Casas, Câmara e Senado, de que, às sextas e segundas-feiras, seria evitado esse tipo de convocação. Temos procurado ser assíduos, temos procurado honrar os nossos compromissos, e temos sido constantemente cobrados pelo esvaziamento da Casa

Devíamos sair da improvisação e adentrar em outro tipo de procedimento, planejar melhor as coisas. A Assessoria de V. Ex^a, os demais membros do Senado e da Câmara dos Deputados, enfim as Direções das duas Casas deviam planejar melhor. Estamos diante de uma situação: o governo, um Executivo relativamente forte, personificado na pessoa de um Presidente ousado verdadeiro artista, que se apresenta como ninguém na televisão, com um trabalho de *marketin* extraordinário, e o Congresso Nacional está ainda nos idos dos tempos passados. O Congresso Nacional já deveria ter requisitado, nos dias de hoje, uma cadeia de emissoras de televisão e de rádio, para explicar a posição do Congresso com relação às medidas do Plano Econômico e a tudo isso que está acontecendo.

A Semana Santa vem aí e as Medidas Provisórias vão ficar para ser votadas na derradeira hora.

Sr. Presidente, como disse no início, não é muito do meu estilo, gosto *mais de provocar* a reação das pessoas, que costumo instar a se pronunciar, em rebater as críticas que faço, mas não ousaria criticar V. Ex^a, pelo seu passado e pelo que representa a nível de autoridade máxima do Congresso Nacional. Vamos sair da improvisação; vamos, planejar, vamos evitar que sejamos atropelados e tenhamos que votar, no afogadilho, essas Medidas Provisórias. E também não vamos convocar sessões para as segundas-feiras.

Foi anuciado que estão presentes na Casa cento e tantos Deputados, e lanço um repto, um desafio: não teremos, se acionarmos essa máquina, a presença registrada de setenta ou oitenta Srs. Deputados porque não há esse número. O Congresso Nacional está vazio, hoje, segunda-feira. Estamos em ano eleitoral e chega de nos auto-ridicularizar. Esse tipo de convocação é uma auto-ridicularização.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Mesa aproveita para esclarecer e agradecer a V. Ex^a a intervenção.

V. Ex^a disse com precisão: as Mesas resolveram que as sessões nas sextas e nas segundas-feiras não seriam realizadas; seriam evitadas, mas não proibidas. Conforme V. Ex^a sabe, dia 8 de abril é Domingo de Ramos, portanto o começo da Semana Santa. Temos diante de nós a opinião pública e vinte e seis ou vinte e oito Medidas Provisórias da maior relevância. Até hoje não há sequer um relatório de admissibilidade de nenhuma dessas Medidas.

Se aqui estivessem presentes os Relatores, nesta sessão de hoje, S. Ex^as poderiam oferecer os pareceres apenas sobre a admissibilidade. Já seria um passo, senão teremos que atropelar todas as votações. Todos sabemos, e V. Ex^a antecipou, que durante a Semana Santa é quase impossível haver número, e o prazo para apreciação de todas essas Medidas Provisórias teriam dia 15 ou 16 de abril próximo; dia 15 é Domingo de Páscoa de modo que não teremos outro espaço.

Fizemos todas as tentativas na semana passada; inclusive realizamos, durante a tarde de quinta-feira, uma sessão, para a qual não houve número.

Temos que ganhar tempo e só podemos fazer isso convocando Senadores e Deputados. Na quinta-feira, repito, fizemos uma sessão durante a tarde; cancelamos a sessão da Câmara e do Senado, e não houve número. Evidentemente que também somos culpados.

Acho que é preciso a colaboração de todos para que se possa evitar, como diz V. Ex^a, reuniões nos dias que sabemos provavelmente não haverá número.

A Mesa julgou que, dado o fato de estarmos no dia 26, e por se encerrar hoje, ao meio-dia, o prazo para a entrega de emendas às Medidas provisórias, talvez pudéssemos ao menos ler — não votar — os pareceres preliminares das vinte e tantas Comissões. Não foi possível; não há um parecer, e se V. Ex^a não chegasse não haveria um orador inscrito para debater, na tribuna, os aspectos políticos e econômicos das medidas.

A Mesa faz o que é do seu dever e espera que todos os Srs. Deputados e Senadores pensem que este é um ano de eleição e, sendo assim, um ano de concentração de esforços, para que possamos, nos meses de agosto e setembro, nos dedicar à campanha eleitoral, no mínimo, nesses dois meses.

V. Ex^a foi muito oportuno ao aflorar este assunto e aproveito para transformá-lo em um apelo a todos os Srs. Deputados e Senadores, para que compareçam às sessões nestas duas semanas, quando teremos que trabalhar dia e noite, sábado e domingo, para poder votar até o dia 8 de abril todas essas Medidas, sob pena de poderem ser prorrogadas pelo Executivo, desprezadas as milhares de emendas do próprio Congresso. Se fosse apenas para aprovar-las, sem emendas, ou rejeitá-las integralmente, seria fácil, mas há o debate e as emendas de Plenário.

De modo que é muito difícil que, reduzindo dias de reunião para terça, quarta e quinta-feira, consigamos, em duas semanas, votar as 28 Medidas Provisórias com os debates e os pareceres. É impossível.

A Mesa está cumprindo seu dever e espera, assim como V. Ex^a ora o faz, que os demais Deputados e Senadores cumpram o seu.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista Artur Lima Cavalcanti.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE) Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna para registrar um fato grave e, também, para solicitar providências da Marinha.

Recebi, há poucos minutos, um telefonema do Comandante Rogério Benfeitor Cratz, do navio mercante brasileiro "Netuno II", cargueiro de 200 mil toneladas, de bandeira brasileira, que foi impedido de seguir a sua rota normal, retornando ao porto de Recife.

O navio saiu do Recife no dia 25, às 11 horas e 25 minutos e a 60 milhas da costa, ao norte, deparou-se com a força-tarefa norte-americana, sendo ameaçado. Essa força-tarefa, composta de um porta-avião gigantesco, quatro contratorpedeiros, seis fragatas, seis dúzias de submarinos à tona, quer dizer, com o casco aflorando, aproximou-se uma milha do navio brasileiro que estava na sua rota normal, na rota comercial, ameaçando-o com canhões, mísseis e helicópteros, fazendo-o retornar a Recife, com evidentes prejuízos.

A informação envolve navios pesqueiros, pequenas embarcações e navios de menor cabotagem, que estão sob essa ameaça, sem poderem trafegar normalmente, cumprindo as suas tarefas comerciais adredemente contratadas.

O Comandante Rogério Benfeitor Cratz deu-me ciência de que pior é que, ao telefonar para o Ministério da Marinha, ao 1º Distrito Naval no Rio de Janeiro, não se obteve do Comandante Baltor informações a respeito desse grave problema. Manobras de uma força-tarefa é normal que ocorram, não há nenhum preconceito de nossa parte, entretanto, interferir na rota normal de tráfego marítimo de cabotagem, de nosso País é, realmente, um absurdo.

Sr. Presidente, deixo aqui registrada a denúncia, especialmente porque envolve limites de um porto de cidade de Recife, capital do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa transmitirá às autoridades competentes o protesto de V. Ex^a, que acredito seja de todos nós, a essa a interferência indébita. (Pausa.)

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — concedo a palavra ao nobre Congressista Prisco Viana

O SR. PRISCO VIANA (PMDB — BA) Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, preliminarmente peço a V. Ex^a me releve se eu tratar de questão impertinente a esta sessão e à Mesa

Sou Relator da Medida Provisória nº 157 e, pelo calendário que me foi distribuído pela Comissão Mista, eu teria que apresentar hoje, no Plenário do Congresso Nacional, o pa-

recer a respeito da preliminar constitucional de admissibilidade quanto à urgência e relevância. Verifico, entretanto, que não consta da Ordem do Dia a apreciação desta matéria. Tenho o parecer em meu poder e fico sem saber se devo apresentá-lo ou se devo descumprir o prazo estipulado, isto é, o calendário elaborado e aprovado pela Comissão, de comum acordo com a Diretoria das Comissões Mistas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a o parecer da Comissão?

O SR. PRISCO VIANA — Tenho o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas não é o da Comissão

O SR. PRISCO VIANA — E como enfrentar a questão do prazo que se está extinguindo hoje?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O parecer de V. Ex^a seria o parecer da Comissão. Se, V. Ex^a tem o parecer da Comissão, pode proferi-lo e será votado amanhã. Mas se é o parecer individual de V. Ex^a, só quando esgotar-se o prazo da Comissão

O SR. PRISCO VIANA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não se tendo esgotado o prazo da Comissão, V. Ex^a tem que colher a opinião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sendo notória a falta de número para apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, a Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando outra para amanhã, às 18 horas e 30 minutos, na esperança de que haja número necessário para a continuação dos trabalhos.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é adiada

I Medida Provisória

— 1 —

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 143, de 8 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, tendo

— PARECER, sob nº 21, de 1990-CN, da Comissão Mista, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 1990, incorporando a Emenda nº 1 e alterações introduzidas pelo Relator. (Mens. nº 28/90-CN.)

Prazo: 8-4-90.

II Vetos Presidenciais

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 1989

(Nº 3.362/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1989 (nº 3.362/89, na origem), que “concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento,” tendo

RELATÓRIO, sob nº 4, de 1990-CN, da Comissão Mista.

Parte vedada: art. 4º do projeto. (Mensagem nº 2/90-CN.)

Prazo: 22-3-90.

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1989 — COMPLEMENTAR

(Projeto de Lei Complementar
Nº 118/89, na origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar. (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações”.

Partes vedadas: 1º do art. 3º; — art. 7º do projeto. (Mensagem nº 3/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1989

(Nº 1.481/89, na origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Parte vedada: § 2º, acrescido pelo art. 1º do projeto ao art. 11 da Lei nº 7 713, de 22 de dezembro de 1988. (Mensagem nº 4/90-CN.)

Prazo: 22-3-90.

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 1989-CN

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica”.

Parte vetada: restauração da rodovia Paranaú-Foz do Iguaçu BR/277-PR — (Km 405 — Km 436) — Código 27202.16885395.167 constante do Anexo II (Mensagem nº 5/90-CN.)

Prazo: 22-3-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 45, DE 1989

(Nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados), que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”.

Partes vetadas: — § 1º e seus incisos, do Art 2º;
— § 2º do art. 2º;
— § 1º do art. 6º;
— § 2º e seus incisos, do art. 6º; e
— § 3º e seus incisos, do art. 6º do projeto.
(Mensagem nº 6/90-CN.)

Prazo: 22-3-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 32, DE 1989

(Medida Provisória nº 100, de 1989)

Discussão, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que “prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989”.

Parte vetada: parágrafo único do art 1º (Mensagem nº 248/89-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art 66 da Constituição.

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 1989
(Nº 991/88, na origem)

Discussão, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na origem), que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências”.

Partes vetadas: arts. 12, 13 e 14; inciso III do art. 16; incisos I, XII, XIII, XV e XVI, do art. 19, art. 26; e parágrafo único do art. 28. (Mensagem nº 8/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615,
na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação
de Atendimento ao Usuário.**

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcos Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um vôo? Além de ilógico seria残酷.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dár? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR
Edição Normal NCz\$ 30,00
Edição Especial NCz\$ 50,00

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz\$ 0,11